



EXPEDIENTE DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025

Proc. Adm. nº 3870/2024

Objeto: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS E LUBRIFICANTES - SRP

RECORRENTE: COSTA'S COMERCIO DE PEÇAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA

RECORRIDAS: PIRACAIA COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA; JZ MERCANTIL LTDA; EVOLUB: EVOLUCAO LUBRIFICANTES LTDA e ANDRE L T DE SOUZA COMERCIO E REPRESENTACAO.

I – DA TEMPESTIVIDADE E DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

A interposição de Recurso Administrativo pela Recorrente COSTA'S COMERCIO DE PEÇAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA está em conformidade com os requisitos de Admissibilidade, Legitimidade da Parte, Tempestividade, Interesse Recursal e Forma, disposto no item 10 do Edital de Pregão Eletrônico nº 019/2025.

Verifica-se também a tempestividade da peça ora apresentada, motivo pelo qual, entende-se que o Recurso impetrado deve ser conhecido.

Ademais, resta comprovado que prazo igual tiveram as demais empresas interessadas para apresentar suas Contrarrazões, em respeito aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, perpetrado pelo Art.º 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, todavia, nenhuma empresa recorrida apresentou manifestação.

II – DAS RAZÕES RECURSAIS DA RECORRENTE.

Em resumo, a empresa recorrente, interpôs recurso requerendo a desclassificação das empresas recorridas pelos motivos abaixo mencionados:

*“...Com relação à documentação apresentada pela empresa **PIRACAIA COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA**:*

- 1. O Contrato social apresentado não apresenta-se registrado na junta comercial, estando em desacordo com o item 9.3.1, g);*
- 2. A documentação apresentada para fins de comprovação de inscrição municipal, qual seja ficha de dados cadastrais municipal, encontra-se vencida desde 23/04/2025, estando em desacordo com os itens 9.4 e 9.20 do edital*

*Com relação à documentação apresentada pela empresa **JZ MERCANTIL***

- 1. Para o item 12 não definiu a marca ofertada, apresentando somente o nome LUB, o que não identifica a marca que se pretende entregar;*
- 2. O atestado de capacidade técnica apresentado não apresenta a identificação da pessoa que subscreve, nem para qual secretaria forneceu, não apresentando elementos suficientes para a averiguação em possível sede de diligência;*
- 3. A proposta final apresentada apresenta divergência na validade da mesma, indicando prazo de 60 dias e de 90 dias.*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Com relação à documentação apresentada pela empresa **EVOLUB: EVOLUCAO LUBRIFICANTES LTDA:**

1. Os modelos indicados para todos os itens que participou se remetem à sua marca, identificando assim sua proposta, estando em desacordo com o item 6.1.4...
2. As atividades previstas no contrato social, CNPJ, e Alvará são somente para fabricação, não contemplando comércio, estando assim em desacordo com os itens 9.3.3, 9.3.1 e 9.5 do Edital;
3. A certidão negativa de débitos municipais apresentada não contempla débitos inscritos em dívida Ativa, e não apresentou certidão de dívida ativa municipal, estando em desacordo com o item 9.3.6 do edital...

Com relação à documentação apresentada pela empresa **ANDRE L T DE SOUZA COMERCIO E REPRESENTACAO:**

1. O Alvará apresentado para fins de comprovação de inscrição municipal não inclui a atividade de comércio de lubrificantes ou outro compatível, estando em desacordo com o item 9.3.3 do edital...
2. Não apresentou a certidão de tributos municipais e nem de dívida ativa municipal, estando em desacordo com o item 9.3.6 do edital...
3. Não apresentou a certidão simplificada comprovando o seu enquadramento, estando em desacordo com o item 9.3.14 do edital..."

III – DAS ALEGAÇÕES DAS RECORRIDAS.

Não houve apresentação de contrarrazões.

IV – DO JULGAMENTO E DECISÃO

Em consideração ao direito de petição, constitucionalmente resguardado, passa-se a análise dos fatos ventilados na intenção de recurso manifestado na sessão de julgamento datada de 28/04/2025.

Cumprir destacar, por oportuno, que o PREGOEIRO realizou o julgamento do procedimento licitatório de acordo com os parâmetros delineados no edital e conforme as exigências de documentos e disposições previstas no ato convocatório, bem como observou os Princípios Constitucionais (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência) e os Princípios Específicos (Competitividade, Isonomia, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Procedimento Formal e Julgamento Objetivo), sem deixar de observar o princípio do formalismo moderado.

O princípio do formalismo moderado, em contexto administrativo, busca equilibrar a necessidade de cumprimento de formalidades legais com a flexibilidade para corrigir erros ou vícios que não comprometam a essência do ato administrativo, o interesse público ou os direitos dos cidadãos. Ele permite que a administração pública, em determinadas situações, possa dispensar ou flexibilizar requisitos formais sem prejudicar a eficácia do ato ou a legalidade do processo.

O excesso de formalismo pode levar à inabilitação ou desclassificação de licitantes que têm as melhores propostas, apenas por erros formais que não prejudicam a qualidade da oferta.

Vejamos caso a caso:

- **PIRACAIÁ COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA:**

A ausência do contrato social com o registro na junta comercial, pode ser facilmente diligenciado através da Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado sede da Licitante, documento este que fora devidamente apresentado pela empresa conforme podemos ver abaixo:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA						
NIRE 35238831981	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 28/03/2022	INÍCIO DAS ATIVIDADES 24/03/2022	PRAZO DE DURAÇÃO PRAZO INDETERMINADO		
NOME COMERCIAL PIRACIA COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA					TIPO JURÍDICO LIMITADA UNIPessoal (M.E.)	
C.N.P.J. 45.805.559/0001-27		ENDEREÇO AVENIDA ITABORAÍ		NÚMERO 572	COMPLEMENTO LOTE 23 A / Q	
BAIRRO BOSQUE DA SAÚDE	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 04135-000	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 20.000,00

Dito isto, não há razoabilidade em inabilitá-la por este motivo, visto que a referida empresa apresentou todos os demais documentos exigidos no edital.

Com relação ao questionamento sobre o documento de inscrição municipal apresentado pela empresa supracitada, informamos que o mesmo sequer fora considerado, uma vez que o item ao qual se refere a tal documento seria o 9.3.3, conforme segue:

9.3.3 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual **OU** Municipal, conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

Sendo assim, uma vez identificado uma das duas inscrições, conclui-se que a empresa atendeu ao referido item. Neste caso a empresa apresentou as duas, tanto Estadual como Municipal. Cabe ressaltar que ambos documentos se tratam de INSCRIÇÕES, portando não devendo ser levado em consideração datas mencionadas nos mesmos, os itens 9.4 e 9.20 do edital referem-se a CERTIDÕES.

• **JZ MERCANTIL LTDA:**

No que tange a informação de marcas e modelos nas propostas apresentadas, tal mecanismo serve apenas para se ter uma base, ou seja, para que a administração e os participantes tenham uma noção do produto ofertado. Pois o que realmente é levado em consideração, é que as empresas participantes se comprometem, mediante assinatura da proposta final do sistema, em entregar um produto ao qual atenda as especificações, na íntegra, do instrumento convocatório independente da marca e modelo ofertado no momento da apresentação de sua proposta.

Entretanto, com relação ao questionamento de nº 2, o documento apresentado, de fato, não contém as informações necessárias para que se pudesse realizar uma diligência por exemplo. Na oportunidade informamos que tentamos entrar em contato com o órgão emissor do documento, porém sem sucesso.



Tendo em vista a não apresentação de contrarrazões pela empresa recorrida, mantendo-se inerte sobre o questionamento, prejudicando o juízo de admissibilidade do referido documento, sua inabilitação deverá ser considerada.

Sobre o 3º questionamento, não merece prosperar por se tratar de “erro material”.

• **EVOLUB: EVOLUCAO LUBRIFICANTES LTDA:**

No que se refere ao 1º questionamento, ratificamos que a empresa apresentou sua proposta em total acordo com o edital, não apresentando qualquer elemento que pudesse culminar em sua desclassificação.

Todavia, sobre o 2º questionamento informamos que a empresa, de fato, não possui em seu contrato social o objeto de “comercialização”, trazendo apenas o texto: “*Cláusula Segunda - O objeto será indústria de óleos lubrificantes derivados de petróleo e industrialização de óleos lubrificantes derivados de petróleo por conta de terceiros.*” O presente questionamento, numa primeira visada, parece até descabido, uma vez que a dúvida seria... qual a finalidade da empresa? Entretanto, tecnicamente a empresa fica impossibilitada de participar e/ou ser habilitada em procedimentos licitatórios por não possuir em seu contrato social, objeto compatível com o da licitação.

Recomendamos que a recorrida acrescente como atividade secundária em seu contrato social, por exemplo, a Comercialização dos seus produtos fabricados, através dos CNAE's correspondentes, para fins de futura participação em licitações.

Pelos motivos supracitados, sua inabilitação deverá ser considerada.

• **ANDRE L T DE SOUZA COMERCIO E REPRESENTACAO:**

Sobre o 1º questionamento, ressalta-se que a ausência do objeto, através dos respectivos CNAE's, em documentos como Inscrições Estadual ou Municipal, Alvará e Cartão CNPJ, não é motivo de inabilitação tendo em vista que para fins de comprovação se a empresa possui objeto pertinente ao licitado, o documento correto é o CONTRATO SOCIAL.

“A ausência de CNAE no CNPJ não é, por si só, motivo para inabilitação em licitação. O que importa é a compatibilidade entre as atividades previstas no contrato social da empresa e o objeto licitado. O Tribunal de Contas da União já pacificou o entendimento de que a análise isolada do CNAE é irrelevante para fins de habilitação.”

CNAE x Contrato Social:

O CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) é um código que identifica a atividade principal de uma empresa no CNPJ. O contrato social, por outro lado, detalha todas as atividades que a empresa está autorizada a exercer.

Habilitação em Licitações:

Em licitações, a empresa deve comprovar que tem capacidade para executar o objeto da licitação. Isso é demonstrado principalmente pela compatibilidade entre as atividades previstas no contrato social e o objeto licitado.

CNAE como Indicação:

O CNAE pode ser uma indicação da atividade principal da empresa, mas não é o único fator a ser considerado na habilitação. A análise do contrato social é crucial.”

Sobre os questionamentos 2 e 3, informamos que a empresa apresentou ambos os documentos em total acordo com as exigências do instrumento convocatório conforme veremos abaixo:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEM PARAIBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 17.709.197/0001-35
Praça Cel. Breves, 151, Alêm Paraíba - MG, 36.660-000



06/03/2025 13:29:27
USUÁRIO:CLAUDIO.SOUZA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS-CND Nº 200/2025
AUTENTICAÇÃO:I4RO-IHYS

CERTIFICO que a empresa **ANDRE L T DE SOUZA COMERCIO E REPRESENTACAO**, devidamente inscrita no CNPJ sob o número **40.619.473/0001-96** e no Cadastro Econômico Municipal sob o nº **3424432-0**, situada à **TRAVESSA GAMA CERQUEIRA, 100 LOJA 01 ILHA GAMA CERQUEIRA**, **encontra-se quite com os tributos municipais, inclusive com a Dívida Ativa.**

A Requerente pretende, com esta, fazer prova de Quitação de Tributos, não podendo ser usado para outros fins.

A presente Certidão terá validade até **04/06/2025**.

Ressalvado à Prefeitura o direito de cobrar dívidas que venham a ser apuradas.

ALEM PARAIBA-MG, 06/03/2025.



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	ANDRE L T DE SOUZA COMERCIO E REPRESENTACAO		
Natureza Jurídica:	EMPRESARIO		
	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato de Inscrição	Data de Início de Atividade
	40.619.473/0001-96	29/01/2021	29/01/2021
Endereço Completo:	TRAVESSA GAMA CERQUEIRA 100 LOJA 01 - BAIRRO ILHA GAMA CERQUEIRA CEP 36660-000 - ALEM PARAIBA/MG		

Sendo assim, ratificamos que a empresa supracitada atendeu na íntegra as exigências do Edital.

Face ao exposto, o PREGOEIRO retifica, parcialmente, os termos constantes da ata de julgamento referente ao processo administrativo 3870/2024 (EDITAL PE 019/2025), mantendo a decisão que foi proferida em 28/04/2025 com a respectiva classificação da proposta, habilitação dos licitantes que apresentaram a melhor proposta para seus respectivos itens, e da declaração de vencedoras destes as empresas PIRACAIA COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA e ANDRE L T DE SOUZA COMERCIO E REPRESENTACAO.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Com relação às empresas JZ MERCANTIL LTDA e EVOLUB: EVOLUCAO LUBRIFICANTES LTDA, decide-se pela inabilitação destas pelos motivos expostos no presente documento.

À consideração da Autoridade Administrativa Superior para apreciação e decisão, tendo em vista ser sua a competência recursal, observados o Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e o de Segregação de Funções, conforme preceitua o art. 165, § 2º da Lei Federal nº 14.133/21.

Sumidouro, 08 de maio de 2025.

Thiago Bandeira de Gouvêa Marques
Pregoeiro

RATIFICO nos termos artigo 165, parágrafo 2º, da Lei nº 14.133/21 a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

Claudia Bastos Charles
Secretária Municipal de Saúde